

DUM

Engenharia

**Ao Senhor Presidente e Membros da Comissão de Licitação
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª Secretaria Regional de Licitações – 3ª SL**

A DUM CONSULTORIA, PROJETOS E CONSTRUCAO LTDA EPP, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita sob o CNPJ nº 26.429.236/0001-31, doravante licitante, vem, respeitosamente por meio de seu representante legal, com base no disposto no item 12.1 do Edital do certame supra indicado, interpor

**RECURSO ADMINISTRATIVO AO PREGÃO ELETRÔNICO - EDITAL
N.º006/2020- 3ª/SR**

que trata da **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO, COM LOCAÇÕES, VISANDO PROJETO EXECUTIVO DE DRENOS DA MACRODRENAGEM DO PPI PONTAL, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE PETROLINA, NO ESTADO DE PERNAMBUCO, ÁREA DE ATUAÇÃO DA 3ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CODEVASF.**, pelos motivos a seguir consubstanciados;

1. DA TEMPESTIVIDADE

Considerando a manifestação, imediata e motivada, de interpor recurso administrativo em campo próprio do *comprasnet*, e o prazo concedido até dia 25 de setembro, data limite para registro do Recurso Administrativo.

2. DOS FATOS

Considerando uma série de equívocos na interpretação da documentação apresentada pela empresa PROJECTE – ENGENHARIA, ARQUITETURA, CONSTRUÇÕES E CONSULTORIA LTDA, CNPJ:13.556.557/0001-55, indicada neste Recurso como PROJECTE, é necessário revê-los e identificar a ilegalidade, o descumprimento das exigências do referido Edital e alguns equívocos.

2.1. INCOMPATIBILIDADES

2.1.1. SALÁRIOS E ZERAMENTO DE VALOR

A empresa PROJECTE apresentou em sua formação de preços valores da hora do CARPINTEIRO DE FORMAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES – Código

DUM

Engenharia

88262 e SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES – Código 88316 inferiores aos valores apresentado pela CODEVASF, que são preços do SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil os quais são compostos pelos **SALÁRIOS DA CONVENÇÃO COLETIVA DO TRABALHO + ENCARGOS SOCIAIS + ENCARGOS COMPLEMENTARES**. Esses valores não permitem alterações pela empresa licitante, com exceção dos ENCARGOS SOCIAIS. Pois tanto os valores dos insumos de mão de obra (salário) como também os encargos complementares decorrem das **convenções coletivas de trabalho e de normas que regulamentam** (NR's) a prática profissional na construção civil.

Os valores decorrentes dessas obrigações **não** variam proporcionalmente aos salários (remuneração da mão de obra). Portanto, não sendo permitida a alteração desses valores.

De acordo com a MEMÓRIA DE CÁLCULO ENCARGOS SOCIAIS do SINAPI, a partir de novembro de 2019:

Os Encargos Complementares são custos associados à mão de obra como alimentação, transporte, equipamentos de proteção individual, ferramentas manuais, exames médicos obrigatórios, seguros de vida e cursos de capacitação, cuja obrigação de pagamento **decorre das convenções coletivas de trabalho e de normas que regulamentam a prática profissional na construção civil**. Os valores decorrentes dessas obrigações não variam proporcionalmente aos salários (remuneração da mão de obra).

O SINAPI apropria os encargos complementares nas composições de mão de obra como custo e não de forma percentual. Calcula-se o custo horário proporcional de cada item, com base em dados de preço, utilização e durabilidade. O somatório desses custos é acrescido ao valor de remuneração e encargos das diversas categorias, não variando em função dos salários.

Anexo ao recurso, apresentaremos a tabela salarial do SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE PETROLINA/PE; a MEMÓRIA DE CÁLCULO DOS ENCARGOS COMPLEMENTARES DO SINAPI.

A não aceitabilidade de valores incompatíveis com os preços de mercado há uma previsão no próprio Edital de Licitação. Item 10.7, com a seguinte redação:

DUM

Engenharia

10.7 Não se admitirá proposta que apresentar preço global ou unitário simbólico, irrisório ou de valor zero, **incompatíveis com os preços dos insumos de mercado**, acrescidos dos respectivos encargos. (Grifou-se)

Ademais, além da incompatibilidade do preço de mercado – que é a referência para o salário mínimo da categoria, estabelecida na citada convenção coletiva da construção civil, igualmente apresenta erro não formal o fato de a empresa PROJECTE apresentar valor **ZERADO** para o item 3. Equipamentos Topográficos, na aba CPU-LEV.PLAN, tal qual apresentado na figura gerada pelo recorte da proposta da PROJECTE.

3	3	EQUIPAMENTOS TOPOGRÁFICOS						SUBTOTAL ITEM 3: R\$ 4.300,00
3	3.1	CODEVASF	TABELA ENGENHARIA CONSULTIVA 2019	ESTAÇÃO TOTAL CLASSE 2	MÊS	1,00	0,00	R\$ -
7	3.2	CODEVASF	TABELA ENGENHARIA CONSULTIVA 2019	RÁDIO	MÊS	0,30	0,00	R\$ -
3	SUBTOTAL ITEM 3: R\$ -							

Não se trata de uma interpretação, usar ou não usar, cotar ou não cotar; erro formal ou zeramento, se fosse atributo de deliberação da proponente não constaria como item obrigatório para montagem de orçamento de proposta. Quando concedido a qualquer licitante a possibilidade de não orçar quaisquer um dos itens para composição do preço final de sua proposta, a Comissão estabelece tratamento diferenciado entre os iguais (os licitantes), o que não pode ocorrer. Os princípios do Processo Licitatório vetam essa atitude.

O valor zero para qualquer um dos itens (inclusive os unitários) não pode ser admitido, tanto pelo esteio na legislação, quanto pela previsão do próprio Edital, no item (10.7) citado acima.

Observa-se que não se trata de erro no preenchimento da planilha de formação de preço do licitante, trata-se de: “sem valor: sem o item”. Portanto já se constitui motivo suficiente para a desclassificação da Proposta, porém existem outros tantos fatores de erros e ilegalidade que merecem ser analisados, como apresentados na sequência.

Destaque-se que, segundo o Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, o Edital é a lei que rege o procedimento licitatório e, o presente edital estabelece em seu preâmbulo que: “*com fundamento legal nos preceitos do direito público, em especial as disposições da Lei nº 10.520/2002, da Lei Complementar nº 123/2006 e dos Decretos nº 3.722/2001, 7.892/2013, 8.538/2015 e alterações, Decreto nº 10.024/2019, da Lei nº 13.303/2016, e Regulamento Interno de Licitações e Contratos, e de acordo com as exigências e demais elementos técnicos constitutivos, expressas neste edital e em seus anexos.*”(grifos nossos). Portanto, não existe, nos regramentos indicados pelo Edital nenhum embasamento legal para o zeramento de itens, o que impõe à eminente comissão (pregoeiro) o dever de aplicar o disposto no edital que é a desclassificação da proposta da licitante em tela, o que desde já se requer.

2.2. OMISSÃO DO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E DAS COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

A exigência do item 10.8 do referido Edital indica o que a Proposta deve cumprir, inclusive, com o estabelecido no item 7 do Termo de Referência, anexo I. Apresenta a seguinte exigência:

A Proposta de Preços da melhor oferta, classificada em primeiro lugar, inicialmente encaminhada nos termos determinados pelo subitem 7.1 deste Edital, que compreende a descrição do objeto e todas as demais informações afins julgadas necessárias ou convenientes, deverá ser REFORMULADA, adequada ao último lance ou valor negociado, respeitando os preços unitários e globais orçados pela CODEVASF, conforme o Item 7 dos Termo de Referência, Anexo I deste Edital, e enviada por meio da opção “Enviar Anexo” do Sistema www.comprasgovernamentais.gov.br, em ARQUIVO ÚNICO, (grifos no original)

No Termo de Referência, item 7, são estabelecidas as exigências para apresentação da PROPOSTA FINANCEIRA, com a seguinte redação:

7.1 A Proposta Financeira deverá ser firme e precisa, limitada rigorosamente ao objeto desta licitação, e não poderá conter condições ou alternativas não previstas neste TR e seus anexos constitutivos.

7.2 A Proposta Financeira constitui-se dos seguintes documentos:

Planilha de Custos do Valor da Proposta da Licitante (Planilha Resumida), devidamente preenchida, com clareza e sem rasuras, conforme a Planilha de Custos do Valor do Orçamento de Referência (Planilha Resumida); Planilha de Custos do Valor da Proposta da Licitante (Planilha Detalhada) com todos os seus itens, devidamente preenchida, com clareza e sem rasuras, conforme a Planilha de Custos do Valor do Orçamento de Referência (Planilha Detalhada), que é parte integrante deste Termo de Referência; A licitante de melhor proposta classificada deverá preencher os formulários de composição de preços unitários, impressa em formulário próprio, ofertados por item e subitem, com clareza e sem rasuras, vedada a utilização de unidades genéricas ou indicadas como verba; Detalhamento dos Encargos Sociais (Quadro PO-XIV); Encargos Sociais distintos para mensalistas e outro para horista; Detalhamento do BDI (Quadros PO-XV); **Cronograma Físico-Financeiro dos itens da Planilha de**

Custos do Valor da Proposta da Licitante(Planilha Resumida), obedecendo às atividades e prazos, com quantitativos previstos mês a mês, observando o prazo estabelecido para a execução dos serviços. (Grifou-se)

Ocorre que a empresa PROJECTE não cumpriu o Edital e apresenta desconformidade com as exigências do instrumento convocatório – o que não pode ser aceito.

2.3. DECLARAÇÃO INCOMPATÍVEL

A Junta Comercial do Estado da Paraíba emitiu a Certidão Simplificada do Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis – SINREM, apresentada no conjunto de documentos da empresa PROJECTE, com conferência de autenticidade no <https://www.redesim.pb.gov.br>, com o código T3MMNP16. Ocorre que nesta Certidão o Enquadramento de Porte da Empresa (que é ATO DECLARATÓRIO) a PROJECTE ainda consta como ME (Microempresa), conforme apresentado na figura abaixo:



Governo do Estado da Paraíba
Secret. de Estado de Turismo e do Desenvolvimento Econômico
Junta Comercial do Estado da Paraíba



CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: PROJECTE ENGENHARIA ARQUITETURA CONSTRUÇÕES E CONSULTORIA LTDA - ME			Protocolo: FBC2000855303
Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada			
NIRE (Sede) 25200544404	CNPJ 13.556.557/0001-55	Data de Ato Constitutivo 01/03/2011	Início de Atividade 01/03/2011
Endereço Completo Rua Júlio Vieira de Almeida, Nº SN, Maria Rachel - Sousa/PB - CEP 58804-685			
Objeto Social Construção de edifícios; Construção de rodovias e ferrovias; Pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos; Construção de obras-de-arte especiais; Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas; Construção de barragens e represas para geração de energia elétrica; Construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica; Manutenção de redes de distribuição de energia elétrica; Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação; Obras de irrigação; Construção de redes de transportes por dutos, exceto para água e esgoto; Montagem de estruturas metálicas; Construção de instalações esportivas e recreativas; Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente; Demolição de edifícios e outras estruturas; Preparação de canteiro e limpeza de terreno; Perfurações e sondagens; Instalação e manutenção elétrica; Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás; Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material; Serviços de pintura de edifícios em geral; Outras obras de acabamento da construção; Obras de fundações; Obras de alvenaria; Perfuração e construção de poços de água; Atividades de apoio à agricultura não especificadas anteriormente; Obras de terraplenagem; Serviços de arquitetura; Serviços de engenharia; Administração de obras; Serviços especializados para construção não especificados anteriormente; Atividades técnicas relacionadas à engenharia e arquitetura não especificadas anteriormente; Serviços de cartografia, topografia e geodésia.			
Capital Social R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) Capital Integralizado R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais)		Porte ME (Microempresa)	Prazo de Duração Indeterminado

O item 3.3 do referido Edital de Licitação previu Declaração Falsa como hipótese de inidoneidade, com a seguinte redação:

“O licitante é responsável por solicitar seu desenquadramento da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte **quando houver ultrapassado o limite de faturamento estabelecido no art. 3º da Lei**

DUM

Engenharia

Complementar nº 123, de 2006, no ano fiscal anterior, **sob pena de ser declarado inidôneo** para licitar e contratar com a administração pública, sem prejuízo das demais sanções, caso usufrua ou tente usufruir indevidamente dos benefícios previstos no Decreto 8.538/2015 de 6/10/2015.” (grifou-se)

Analisando Capítulo II – Da Definição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, da Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, com a seguinte redação:

“Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte; a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

I - no caso da microempresa, aufera, em cada ano-calendário, **receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais);**” (grifou-se).

A empresa PROJECTE apresentou seu **Balanço Patrimonial**, página 4 de 20 uma Receita Bruta de vendas e/ou serviços com montante de **R\$ 1.150.519,55**, conforme demonstrado na figura abaixo.

Página 4 de 20

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO		
PROJECTE ENGENHARIA ARQUITETURA CONSTRUÇÕES E CONSULTORIA LTDA ME		
RUA JULIO VIEIRA DE ALMEIDA, SN - MARIA RACHEL CEP : 58804-685		
SOUSA / PB		
CNPJ / CEI : 13.556.557/0001-55	Inscrição Estadual: ISENT0	
Local de Registro: JUCEP	Data do Registro: 01/03/2011	Nº do Registro: 25200544404
Período Movimento: JANEIRO/2019 a DEZEMBRO/2019		
FOLHA: 4		
Receita Bruta de vendas e/ou serviços		
SERVIÇOS PRESTADOS	1.150.519,55	1.150.519,55
(-) Deduções das receitas brutas		
PIS S/ FATURAMENTO	7.470,27	

Sublinha-se que o Enquadramento de Porte não possui caráter migratório, o desenquadramento de porte de microempresa não possibilita a migração automática ao porte de Empresa de Pequeno Porte – EPP, ou qualquer outro. A citada Lei Complementar não prevê essa situação, e retoma em todo seu conteúdo a necessidade da Declaração do Empresário (se ME) ou (se EPP) como fato essencial ao enquadramento e consequente gozo de suas prerrogativas, onde, naturalmente, **não há espaço para Declaração Falsa de Enquadramento.**

Não resta a mínima dúvida que o valor de R\$ 1.150.519,55 é superior ao limite de R\$ 360.000,00; portanto a empresa não pode ser considerada microempresa e a

Declaração apresentada, emitida através da Junta Comercial da Paraíba (emitida em 16/07/2020), retrata os dados que foram atualizados em 07/05/2020, onde o Último Arquivamento foi protocolado através do processo 20203990889 e trata do Balanço, como se observa na figura apresentada na sequência.

Último Arquivamento Data 07/05/2020	Número 20203990889	Ato/eventos 223 / 223 - BALANÇO	Situação ATIVA Status SEM STATUS
---	-----------------------	------------------------------------	---

Esta certidão foi emitida automaticamente em 16/07/2020, às 14:00:52 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no <https://www.redesim.pb.gov.br>, com o código T3MMNP16.

Retoma-se que não há nenhuma hipótese de desenquadramento automático, nem mesmo com a apresentação do Balanço Patrimonial. Às Juntas Comerciais brasileiras não cabem a conferência dos dados lançados no Balanço – isso é responsabilidade do profissional da área contábil e do administrador da empresa. O Enquadramento é declarado pelo administrador da empresa (ato declaratório).

Logo, mesmo considerando que o Balanço Patrimonial apresentado retrata o que ocorreu no ano de 2019, onde a Receita Bruta de vendas e/ou serviços superior ao limite estabelecido na citada Lei Complementar 123, a empresa PROJECTE, possivelmente “preferiu correr o risco” de declara-se microempresa e “tentar” usufruir de uma declaração de base falsa, para “tentar ludibriar” a Comissão de Licitação. Todas as comprovações legais e técnicas foram fornecidas pela própria PROJECTE, em seu conjunto de documentos, apresentados para este certame.

Observa-se que na data do Último Arquivamento (07/05/2020) na Junta Comercial da Paraíba, a empresa já poderia (se não antes) solicitar o seu desenquadramento como microempresa, posto que desde o encerramento do ano de 2019 já se evidenciava Receita Bruta superior ao limite legal. Ademais o próprio Art 37 Lei Complementar 123/2006 prevê a imposição das multas de que trata esta Lei Complementar não exclui a aplicação das sanções previstas na legislação penal, inclusive em relação a Declaração Falsa de Enquadramento.

A Junta Comercial gera as Certidões Simplificadas com base nos dados que lhe são passados, não lhe cabe conferir, enquadrar ou desenquadrar empresa alguma.

2.4. COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA

O QUE EXIGE O EDITAL: Termo de Referência, item 8, com a seguinte redação:

“A empresa deverá apresentar profissional devidamente registrado no CREA incluso em seu quadro técnico, por contrato de trabalho ou de prestação de serviço temporário, com experiência comprada na área de topografia, em serviço semelhante ao objeto destes TR, por meio de Certidão Acervo Técnico (CAT).”

DUM

Engenharia

O QUE FOI APRESENTADO:

Um conjunto de documentos, dispostos da seguinte forma:

ORDEM	Título do Documento apresentado para comprovar Capacidade Técnica	SITUAÇÃO
1	ART Hidrogeo Katharine	Anotação de Responsabilidade Técnica não é comprovante de capacidade.
2	Atestado de Capacidade Técnica 1, emitido por PROJECTA Engenharia CNPJ: 30.366.424/0001-35	Atestado sem registro no CREA, logo sem CAT de registro
3	Atestado de Capacidade Técnica 2 emitido por PROJECTA Engenharia CNPJ: 30.366.424/0001-35	Atestado sem registro no CREA, logo sem CAT de registro
4	Atestado GEO Katherine Hidrogeo. Emitido por Hidrogeo – Engenharia Construções e Consultoria Hidroamebienta LTDA CNPJ 30.366.424/0001-35	Atestado sem registro no CREA, logo sem CAT de registro
5	CAT Hidrogeo Katherine	CAT 156334, refere-se a Atestado de “possível grupo econômico e/ou possível auto-atestação”
6	CAT Katherine 2	CAT 146738 SEM registro em Atestado, não comprova a capacidade técnica
7	CAT Katherine	CAT 137825 SEM registro em Atestado, não comprova a capacidade técnica
8	CAT TALITA DIVERSOS	CAT 101200 SEM registro em Atestado, não comprova a capacidade técnica

Documentos que não podem ser considerados: Nenhum dos documentos podem ser considerados, pelos seguintes motivos: Itens: 1, 2, 3, 4, 6, 7, e 8 não atendem as exigências do Edital, tratam-se de outros documentos diversos, incluídos para “tentar comprovar” uma capacidade técnica, que não restou comprovada.

O item 5, possui outra configuração, trata-se da Certidão de Acervo Técnico – CAT (156334/20202) possui uma característica bastante peculiar entre a empresa Contratada: PROJECTE – Engenharia, Arquitetura, Construções e Consultoria LTDA-ME e a empresa Contratante: Hidrogeo Engenharia, Construções e Consultoria Ambiental Ltda.

A questão comum a ambas as empresas (Contratada e Contratante) não é apenas o fato de ambas possuírem uma mesma responsável técnica: Eng^a Civil Talita Gabrielle Aragão. Observa-se o quadro societário de cada uma das empresas, e demais

DUM

Engenharia

detalhamentos de cadastro vigente, possuem diversas semelhanças, conforme demonstrado abaixo:

	HIDROGEO ENGENHARIA, CONSTRUÇOES E CONSULTORIA HIDROAMBIENTAL LTDA CNPJ: 30.366.424/0001-35	PROJECTE - ENGENHARIA, ARQUITETURA, CONSTRUÇOES E CONSULTORIA LTDA CNPJ: 13.556.557/0001-55
Sócios	Talita Gabrielle Aragão	Talita Gabrielle Aragão
	Victor Freitas de Souza	Victor Aragão Mayer Duarte
		Manuel Mayer Duarte Junior
Endereço:	R JULIO VIEIRA DE ALMEIDA, SN - MARIA RACHEL	R JULIO VIEIRA DE ALMEIDA, SN - MARIA RACHEL
Cidade:	Sousa	Sousa
Estado:	Paraíba	Paraíba
Telefone:	(83) 8812-5389	(83) 8812-5389

Fonte:

http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva_Comprovante.asp,
acesso em 24/09/2020.

Observa-se fato intrigante: a empresa contratada e a empresa contratante atuam no mesmo endereço, tendo uma sócia e responsável técnica em comum. Supostamente trata-se de um grupo econômico e de auto-atestação, hipótese em que o acervo apresentado perderia o valor.

De toda a sorte, a diligência junto ao Sistema CONFEA/CREAs e a consulta ao quadro societário de ambas as empresas é uma possibilidade que poderia ser considerada. São apresentados os Cartões CNPJ de ambas as empresas.

DUM

Engenharia

Emitido no dia 24/09/2020 às 16:23:11 (data e hora de Brasília).

Página 1/2

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NUMERO DE INSCRIÇÃO 13.556.557/0001-55 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 01/03/2011
NOME EMPRESARIAL PROJECTE - ENGENHARIA, ARQUITETURA, CONSTRUÇOES E CONSULTORIA LTDA			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 43.30-4-02 - Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material 43.30-4-04 - Serviços de pintura de edifícios em geral 43.30-4-99 - Outras obras de acabamento da construção 43.91-6-00 - Obras de fundações 43.99-1-01 - Administração de obras 43.99-1-03 - Obras de alvenaria 43.99-1-05 - Perfuração e construção de poços de água 43.99-1-99 - Serviços especializados para construção não especificados anteriormente 71.11-1-00 - Serviços de arquitetura 71.12-0-00 - Serviços de engenharia 71.19-7-01 - Serviços de cartografia, topografia e geodésia 71.19-7-99 - Atividades técnicas relacionadas à engenharia e arquitetura não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO R JULIO VIEIRA DE ALMEIDA	NUMERO SN	COMPLEMENTO *****	
CEP 58.804-685	BAIRRO/DISTRITO MARIA RACHEL	MUNICÍPIO SOUSA	UF PB
ENDEREÇO ELETRÔNICO DANUZAMNOBREGA@HOTMAIL.COM		TELEFONE (83) 8812-5389	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 01/03/2011	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 30.366.424/0001-35 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 04/05/2018
NOME EMPRESARIAL HIDROGEO ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E CONSULTORIA HIDROAMBIENTAL LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) HIDROGEO			PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 41.20-4-00 - Construção de edifícios			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 01.61-0-03 - Serviço de preparação de terreno, cultivo e colheita 02.30-6-00 - Atividades de apoio à produção florestal 36.00-6-01 - Captação, tratamento e distribuição de água 38.11-4-00 - Coleta de resíduos não-perigosos 38.12-2-00 - Coleta de resíduos perigosos 38.21-1-00 - Tratamento e disposição de resíduos não-perigosos 42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas 42.22-7-01 - Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação 42.99-5-01 - Construção de instalações esportivas e recreativas 43.11-8-02 - Preparação de canteiro e limpeza de terreno 43.12-6-00 - Perfurações e sondagens 43.13-4-00 - Obras de terraplenagem 43.19-3-00 - Serviços de preparação do terreno não especificados anteriormente 43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica 43.22-3-01 - Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás 43.30-4-02 - Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material 43.30-4-04 - Serviços de pintura de edifícios em geral 43.91-6-00 - Obras de fundações 43.99-1-01 - Administração de obras 43.99-1-03 - Obras de alvenaria			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO R JULIO VIEIRA DE ALMEIDA		NÚMERO SN	COMPLEMENTO ANEXO A
CEP 58.804-685	BAIRRO DISTRITO MARIA RACHEL	MUNICÍPIO SOUSA	UF PB
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (83) 8812-5389	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			

Salienta-se que, com a leitura dos documentos apresentados pela empresa PROJECTE, foi possível identificar que a empresa, hoje chamada Hidrogeo – Engenharia Construções e Consultoria Hidroambiental LTDA, CNPJ 30.366.424/0001-35, tinha o nome de PROJECTA Engenharia, CNPJ: 30.366.424/0001-35, mantendo o mesmo número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, “possivelmente foi necessário uma alteração da razão social, criando outro nome menos semelhante que PROJECTA / PROJECTE.”

2.5. PREÇOS IRRISÓRIOS

A Planilha de Preços foi elaborada como base para a referida licitação apresenta os valores praticados pelo mercado, inclusive indicando a origem do valor de cada um dos itens. Nessa linha os valores orçados pelos fornecedores deveriam apresentar uma pequena variação em torno do valor orçado, sempre abaixo desses. Nos itens que podem ser confeccionados e nos itens em que há uma legislação própria para sua formação restaria aceitável a indicação do novo valor, desde que justificado, quando autorizado.

Esta situação não ocorre, e possivelmente nem possa ocorrer, com relação a passagem de ônibus para o percurso Recife-Petrolina-Recife. Trata-se dos itens CPI-01 e CPI-02, aba CPU, onde os valores de R\$ 50,00 (cinquenta reais) como apresentado pela empresa PROJECTE são um verdadeiro absurdo. A rápida consulta do valor da passagem de ônibus apresenta orçamento em torno de R\$ 157,00 (cento e cinquenta e sete reais). Trata-se de orçar por 1/3 (um terço do valor).

É preciso também observar que a empresa orçou um aluguel mensal de R\$ 179,97 (cento e setenta e nove reais e noventa e sete centavos); portanto, 64% mais barato que o valor orçado pela Administração, que o havia orçado em R\$ 500,00 (quinhentos reais). Salienta-se que, nem mesmo na hipótese de todos os prestadores de serviço terem residência em Petrolina, devidamente comprovada, nem assim seria factível o valor de aluguel de escritório por menos de R\$ 6,00 (seis reais) por dia.

Outro item que chama atenção no valor orçado é o item alimentação. A Administração orçou o valor mensal de R\$ 2.640,00, possivelmente contemplando o total das sete pessoas mobilizadas, o que perfaz um valor de alimentação dia de R\$ 120,00 para a equipe. A empresa PROJECTE orçou o valor mensal de R\$ 499,97, possivelmente contemplando o total das sete pessoas mobilizadas, o que perfaz um valor de alimentação dia de R\$ 22,72 para a equipe, seguindo a divisão, resulta em R\$ 3,24 por dia/por pessoa. Valor absolutamente impossível, tido como irrisório e menor que o valor da convenção coletiva do trabalho da construção civil.

Retoma-se o exposto, com relação a não aceitabilidade de valores incompatíveis com os preços de mercado, preço unitário simbólico, irrisório ou de valor zero, há uma previsão no próprio Edital de Licitação. Item 10.7, com a seguinte redação:

10.7 Não se admitirá proposta que apresentar preço global ou unitário simbólico, irrisório ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos de mercado, acrescidos dos respectivos encargos. (Grifou-se)

Não requer interpretação. A empresa errou diversas vezes na sua formação de preço e não cumpriu com a exigência, acima reapresentada. Não se trata de erro formal ou exigências envoltas em um formalismo exacerbado. Não se pode “brincar de baixar o preço” a ponto de torná-los inexecutáveis, zerados ou ilegais.

3. REANÁLISE:

Solicita-se a reanálise da Comissão de Licitação, em especial para:

- a) Salários incompatíveis com o mercado;
- b) Não fornecimento de itens: valor nulo;
- c) Omissão de Cronograma Físico-financeiro e Composições de custos unitários;
- d) Declaração/Balanço incompatível de Microempresa, o que enseja falsificação de porte da empresa;

- e) Certidão de Acervo Técnico de possível grupo econômico e/ou possível auto atestação (e não há nenhuma outra comprovação válida);
- f) Preços irrisórios para: passagens, aluguel de escritório/dormitório e alimentações.

As evidências ultrapassam a hipótese.

Valendo-se da própria previsão de desclassificação, nos termos do item 10.13 do Edital com a seguinte redação:

Na verificação da conformidade da melhor proposta apresentada com os requisitos do instrumento convocatório, **será desclassificada**, conforme art. 56 da Lei 13.303/2016, aquela que:

- a) Contenha vícios insanáveis;
- b) Não obedeça às Especificações Técnicas previstas no instrumento convocatório;
- c) Apresentem preços manifestamente inexequíveis ou permaneça acima do orçamento estimado para a contratação de que trata o § 1º do art. 57;
- d) Não tenha sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração Pública; ou,
- e) Apresente desconformidade com quaisquer outras exigências do instrumento convocatório, salvo se for possível a acomodação a seus termos antes da adjudicação do objeto e sem que se prejudique a atribuição de tratamento isonômico entre os licitantes. (Grifou-se).

4. DO DIREITO

Para MEIRELLES (2009, p. 274), “Licitação é o procedimento administrativo mediante o qual a Administração pública seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse. Como procedimento, desenvolve-se através de uma sucessão ordenada de **atos vinculados para a Administração e para os licitantes**, o que propicia igual oportunidade a todos os interessados e atua como fator de eficiência e moralidade nos negócios administrativos.” (grifou-se)

Por estabelecer as normas vinculantes que deverão ser cumpridas pelas licitantes e pela própria Administração, o Edital não pode ser descumprido.

Até porque, de acordo com o art. 41 da Lei Fed. nº 8.666/1993, “*A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.*”

Daí decorre a necessidade de extremo cuidado ao definir as normas que serão dispostas no Edital, que serão vinculantes. Se não deveriam ou não necessitariam ser exigidas, não poderiam ter sido previstas no Edital.

Isso porque, após elaborado e publicado o Edital, qualquer margem de discricionariedade que porventura a Administração detivesse **deixa de existir**, de forma que as regras por ela fixadas no instrumento convocatório devem por ela ser cumpridas.

Desprezá-las em prol de uma das licitantes em detrimento da outra licitante que as cumpriram, afronta diretamente 02 princípios basilares do processo licitatório, expressamente previstos no art. 3º da Lei Fed. nº 8.666/93: o princípio da isonomia / igualdade entre os licitantes, que exige seja-lhes dispensado tratamento isonômico, e o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, até porque, a teor do disposto no art. 4º de sobredita Lei:

Art. 4º Todos quantos participem de licitação promovida pelos órgãos ou entidades a que se refere o art. 1º têm direito público subjetivo à fiel observância do pertinente procedimento estabelecido nesta lei, podendo qualquer cidadão acompanhar o seu desenvolvimento, desde que não interfira de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos.

Parágrafo único. O procedimento licitatório previsto nesta lei caracteriza ato administrativo formal, seja ele praticado em qualquer esfera da Administração Pública.

Nos termos do art. 3º da Lei Fed. nº 8.666/93:

A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (grifou-se)

Na lição de MEIRELLES¹ (2011, p. 290):

“7.2.2.5 Vinculação ao edital: a vinculação ao edital é princípio básico de toda licitação. Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitantes e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse documentação e propostas em desacordo com o solicitado. O edital é a lei interna da licitação, e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu (art. 41).

¹ MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 37. ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

Assim, estabelecidas as regras do certame, tornam-se inalteráveis para aquela licitação, durante todo o procedimento. (grifou-se)

A respeito das exigências integrantes do edital, ensina JUSTEN FILHO² (2012, p. 73):

“13.2) A vinculação ao ato convocatório

Na licitação, a vinculação à lei é complementada pela vinculação ao instrumento convocatório. A Administração dispõe de margem de autonomia para configurar o certame. Mas incumbe à Administração determinar todas as condições da disputa antes de seu início e as escolhas realizadas vinculam a autoridade (e aos participantes do certame.

(...)

13.2.2) Esgotamento da discricionariedade: vinculação ao instrumento convocatório

Uma vez realizadas as escolhas atinentes à licitação e ao contrato, exaure-se a discricionariedade, que deixa de ser invocável a partir de então – ou, mas corretamente, se a Administração pretender renovar o exercício dessa faculdade, estará sujeita, como regra, a refazer toda a licitação, ressalvadas as hipóteses de inovações irrelevantes para a disputa.” (grifou-se)

No mesmo sentido, trilha a Jurisprudência, a exemplo dos seguintes Acórdãos, alguns proferidos ainda este ano, comprovando a tendência do TJRS de fazer cumprir as normas editalícias as quais tanto licitante quanto Administração acham-se vinculados (sem grifos no original):

APELAÇÃO CÍVEL. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. CONCORRÊNCIA. INABILITAÇÃO DA IMPETRANTE. NÃO-PREENCHIMENTO DE UMA DAS EXIGÊNCIAS DO EDITAL. A inabilitação da impetrante não implica ferimento a direito líquido e certo, na medida em que não se comprovou o cumprimento de um dos requisitos do instrumento convocatório, dotado de caráter vinculante. Não representa óbice à continuidade do certame, tampouco afronta o princípio da isonomia, a habilitação de apenas uma das licitantes, por ter sido a única a comprovar o preenchimento das condições exigidas. APELO DESPROVIDO. (Apelação Cível nº 70019390103, 22ª Câmara Cível do TJRS, Relator: Rejane Maria Dias De Castro Bins, julg. 24/05/2007)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LIMINAR (...) PREGÃO ELETRÔNICO. MENOR PREÇO. COMPRA DE MEDICAMENTOS. IDENTIFICADOR DE PRODUTO EXCLUSIVO

² JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 15ª ed. São Paulo: Dialética, 2012.

(GLOBAL TRADE ITEM NUMBER - GTIN). INDICAÇÃO NO MOMENTO DA PROPOSTA. VINCULAÇÃO AO EDITAL. NÃO ATENDIMENTO. INABILITAÇÃO. LEGALIDADE DO ATO. Não tendo a impetrante apresentado o identificador de produto (Global Trade Item Number - GTIN) no momento da proposta, e observados os princípios da vinculação ao edital e da igualdade entre os licitantes, bem como o interesse público, é de ser reconhecida a legalidade do ato de inabilitação. A Administração Pública deve anular seus próprios atos quando eivados de ilegalidades, desimportando o fato de que a irregularidade foi levada ao seu conhecimento por meio de recurso administrativo intempestivamente interposto. (...) (Agravado de Instrumento Nº 70056642812, 22ª Câmara Cível do TJRS, Relator: Denise Oliveira Cezar, julg. 30/09/2013)

LICITAÇÃO. CONCORRÊNCIA. TÉCNICA E PREÇO. COPA 2014. CONSULTORIA EM ENGENHARIA. CONSÓRCIO. REPRESENTAÇÃO. PROPOSTA. DESCLASSIFICAÇÃO. AVALIAÇÃO. EDITAL. REQUISITOS. CD-ROM. (...) 2. O licitante que não apresenta a proposta do preço, segundo a especificação do edital, que exige a entrega (a) em papel e (b) em dispositivo de armazenamento em meio óptico - CD-ROM - deve ser excluído do certame. A Comissão de Licitação não pode dispensar o licitante do cumprimento de exigência do edital. Precedentes do STJ. É nulo, portanto, o ato que proclama vencedor o licitante que não cumpriu as exigências do edital. Hipótese em que o licitante sequer teve a iniciativa de sanar a falha constatada por ocasião da abertura das propostas antes da data do julgamento. (...) (Apelação e Reexame Necessário nº 70052332160, 22ª Câmara Cível do TJRS, Relator: Maria Isabel de Azevedo Souza, julg. 28/02/2013)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO. INABILITAÇÃO. NULIDADE. ADMINISTRAÇÃO. DISCRICIONARIEDADE. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL. Não merece provimento o agravo, já que a parte agravante não logrou êxito em demonstrar a alegada nulidade dos motivos da inabilitação e sua respectiva pertinência, apenas restringindo-se a rebater genericamente as exigências editalícias. Ademais, cabe a Administração, no uso de sua discricionariedade, requisitar os documentos que entender por necessários, desde que pertinentes ao objeto da licitação. Por outro lado, eventual dispensa na apresentação de documentos poderia causar desequilíbrio na competitividade do certame, gerando clara situação de injustiça com aqueles que abdicaram do processo licitatório em razão de tal exigência. Assim, impõe-se a observância ao princípio da vinculação ao edital, já que inexistente flagrante ilegalidade. Agravo de instrumento desprovido. (Agravado de Instrumento nº 70040078586, 1ª Câmara Cível do TJRS, Relator: Jorge Maraschin dos Santos, julg. 27/04/2011)

DUM

Engenharia

Decisões:

Em consonância, a Jurisprudência do STJ, a exemplo das seguintes

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. DESCUMPRIMENTO DE REGRA PREVISTA NO EDITAL LICITATÓRIO. ART. 41, CAPUT, DA LEI Nº 8.666/93. VIOLAÇÃO.

DEVER DE OBSERVÂNCIA DO EDITAL.

(...)

II - O art. 41 da Lei nº 8.666/93 determina que: "Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada."

III - Supondo que na Lei não existam palavras inúteis, ou destituídas de significação deontológica, verifica-se que o legislador impôs, com apoio no Princípio da Legalidade, a interpretação restritiva do preceito, de modo a resguardar a atuação do Administrador Público, posto que este atua como gestor da res publica. Outra não seria a necessidade do vocábulo "estritamente" no aludido preceito infraconstitucional.

IV - "Ao submeter a Administração ao princípio da vinculação ao ato convocatório, a Lei nº 8.666 impõe o dever de exaustão da discricionariedade por ocasião de sua elaboração. Não teria cabimento determinar a estrita vinculação ao edital e, simultaneamente, autorizar a atribuição de competência discricionária para a Comissão indicar, por ocasião do julgamento de alguma das fases, os critérios de julgamento. Todos os critérios e todas as exigências deverão constar, de modo expresse e exaustivo, no corpo do edital." (in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Editora Dialética, 9ª Edição, pág. 385)

V - Em resumo: o Poder Discricionário da Administração esgota-se com a elaboração do Edital de Licitação. A partir daí, nos termos do vocábulo constante da própria Lei, a Administração Pública vincula-se "estritamente" a ele.

VI - Recurso Especial provido. (REsp 421.946/DF, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, 1ª TURMA, julg. 07/02/2006, DJ 06/03/2006, p. 163)

5. DO PEDIDO

Ante o exposto, considerando as disposições constantes do Edital PE 006/2020, com fundamento legal nos preceitos do direito público, em especial as disposições da Lei nº 10.520/2002, da Lei Complementar nº 123/2006 e dos Decretos nº 3.722/2001, 7.892/2013, 8.538/2015 e alterações, Decreto nº. 10.024/2019, da Lei nº 13.303/2016, e Regulamento Interno de Licitações e Contratos, a Doutrina e a Jurisprudência aplicáveis ao caso, **REQUER:**

- a) **seja dado provimento ao RECURSO ADMINISTRATIVO** para INABILITAÇÃO DA EMPRESA PROJECTE – ENGENHARIA, ARQUITETURA, CONSTRUÇÕES E CONSULTORIA LTDA, dada incompletude de seus documentos de Proposta de Preços (cronograma físico-financeiro e composições de custos unitários); preços irrisórios de mão de obra da categoria e outros; preço zerado de insumos/equipamentos; apresentação de Declaração de Porte incompatível com o balanço patrimonial da empresa, Capacidade Técnica duvidosa.

Protesta pela produção de todas as provas em Direito admitidas.

Nesses termos, espera deferimento.

Petrolina, 25 de setembro de 2020.

Atenciosamente,



Gustavo Augusto Gouveia Coutinho

Responsável Legal